

## **(Im)possibilidades de efetivação da democracia no Brasil: reconstrução histórica de um debate intelectual e político**

**Maria José de Rezende<sup>1</sup>**

**Resumo:** No decorrer do século XX foram muitos os embates acerca das (im)possibilidades de efetivação da democracia no Brasil. Serão analisados três pensadores que a rigor apontam as ações dos setores preponderantes como dotadas de grande responsabilidade no processo de emperramento da democracia. Tais ações estavam marcadas pelo apego ao arcaísmo e às estratégias conciliatórias e pela indisponibilidade de enfrentar os conflitos de interesses e as lutas sociais e políticas que foram ganhando substância desde o período pós-Independência. Euclides da Cunha, Manoel Bomfim e Celso Furtado, através de uma perspectiva histórica, destacam as ações dirigentes indicadoras de resistência à mudança social e política.

**Palavras-Chaves:** Democracia, mudança social, República.

### **Introdução**

As dificuldades de efetivação, no Brasil, de processos sociopolíticos que levam à implementação da democracia têm sido debatidas ao longo do século XX. Algumas discussões que ganharam forma desde o início do século passado representaram um esforço de compreensão dos bloqueios antidemocráticos que se foram constituindo desde 1822. Euclides da Cunha com o texto *O Brasil do século XIX*, Manoel Bomfim com o livro *O Brasil Nação e A América Latina: males de origem* e Celso Furtado nos textos que compõem os três volumes de sua *Obra autobiográfica*, entre outros<sup>2</sup>, têm demonstrado que ao longo do século XX foram muitos os percalços que minaram a efetivação da democracia no Brasil.

Nesse breve artigo serão, primeiramente, destacadas, duas reflexões acerca da sedimentação, no século XIX, das dificuldades sociais e políticas perpetuadoras de múltiplas formas de autoritarismo. Isso será feito através dos textos de Euclides da Cunha e de Manoel Bomfim. Esses dois pensadores têm em comum o fato de ter procurado discernir, já no imediato pós-Independência, as ações sociais dos grupos preponderantes que representaram entraves significativos para a constituição de uma sociedade capaz de adotar e sedimentar - nos vários âmbitos da vida social – práticas enaltecidas dos interesses coletivos.

Num segundo momento, procurar-se-á assinalar que muitos elementos levantados por aqueles dois últimos foram também discutidos por Celso Furtado após a década de 1950. Se há diferenças entre as abordagens destes três pensadores, há também algo em comum entre eles, ou

seja, todos estavam preocupados em retratar as forças sociais e as ações políticas que bloquearam, ao longo do século XX, a constituição de uma sociedade democrática no Brasil.

### 1– A análise de Euclides da Cunha acerca do processo político brasileiro

No artigo *O Brasil do século XIX*, publicado pela primeira vez em 1900, no jornal O Estado de S. Paulo, Euclides da Cunha (1966) apontava as ações que impediam o estabelecimento, no país, de práticas políticas e sociais democráticas. A seu ver, as ações dos grupos sociais que se firmaram na arena política, a partir da Independência, revelavam os múltiplos desequilíbrios constituidores de uma nação que encontrava inúmeras dificuldades de lidar com os enfrentamentos, com as lutas que iam tomando corpo ao longo do século XIX (CUNHA, 1995; 1966; 1966<sup>a</sup>; 1966b). Ele documentou tais embates ao produzir uma extensiva análise tanto das ações dos segmentos políticos, econômicos e sociais preponderantes, quanto das atuações dos setores médios (como os funcionários públicos, jornalistas, militares, intelectuais) e dos estratos mais pobres que habitavam nas cidades ou nos sertões do país.

Através de uma perspectiva configuracional<sup>3</sup>, ainda incipiente em razão da falta de instrumentos de análise e de pesquisa mais elaborados, Euclides da Cunha apresentava um esforço para apreender como se dava de modo interdependente a atuação dos diversos segmentos sociais no que concernia à efetivação e/ou à refutação de práticas democráticas. Analisando suas obras é possível verificar que

“as ações dos diversos setores sociais se projetam em contextos diversos, o que dá aos grupos uma responsabilidade mútua e simultânea [...]. O regional e o nacional conectam-se, abraçam-se, embramam-se e deixam evidenciada uma prolongada história de esquecimentos, de abandonos, de martírios, de fanatismos, de ignorâncias [...], de truculências, de repressões, de incompreensões e de desmandos”<sup>4</sup> (REZENDE, 2002, p.189).

As dificuldades de efetivação de práticas democráticas no Brasil deviam ser buscadas no modo de processamento das lutas e das pressões dos setores médios, populares e preponderantes. Como esses embates eram encaminhados? Quais eram suas estratégias de enfrentamento? Para Euclides da Cunha as ações políticas daqueles primeiros e daqueles últimos, a partir de 1822, revelavam que as estratégias de conciliação teriam imperado ao longo do primeiro e do segundo Império. Quais seriam, então, as conseqüências desse processo, fundado que era predominantemente na conciliação de alguns interesses (nacionais e bragantistas, liberais e conservadores, democráticos e autoritários, urbanos e rurais) para a formação de instituições sociais e políticas no país?

Grosso modo, pode-se dizer que perpassa todo o artigo *Da Independência à república* (CUNHA, 1966) a idéia de que, ao longo das diversas décadas que compuseram o século XIX, a estratégia de conciliação teve como efeito principal o não-cumprimento de projetos políticos que se distinguiram, ao menos em tese. Através da discussão sobre conciliação, o autor de *Os sertões* traçava os caminhos e descaminhos das mudanças sociais e políticas no Brasil. As dificuldades de

efetivação da democracia colocavam-se como um problema essencial já no século XIX. Isso porque os vícios políticos que ganhavam forma, naquele momento, impediam o desenvolvimento de instituições e de indivíduos capazes de buscar a sedimentação de práticas democráticas.

Na sedimentação dos vícios políticos entrelaçavam-se a falta de unidade de sentimento de pertença a uma pátria, a recusa em pensar os frágeis laços de solidariedade que unia os brasileiros, o que culminava num desconhecimento absoluto entre as partes (litoral e sertão; intelectuais e analfabetos; elite política e povo; entre outras) que constituíam o país. A pergunta que ele fazia tanto no livro *Os sertões* quanto em outros artigos (CUNHA, 1966f; 1966g; 1966h; 1966j) era: Que nação era possível construir se reinava o desconhecimento total entre os grupos que constituíam a nação? Em um artigo de 1904, intitulado *Plano de uma cruzada*, ele afirmava que naquele momento até mesmo os intelectuais desconheciam o país. Eles continuavam buscando

"... nas velhas páginas de Saint-Hilaire, notícias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido. O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa" (CUNHA, 1966g, p.135).

Euclides da Cunha demonstrava que a prática conciliadora que se constituiu um entrave para o processo de constituição de uma República democrática a partir de 1889, ganhou terreno a partir de 1822. A Independência trazia à tona os embates em torno das reformas políticas que deveriam ser implementadas. Na década de 1820 "as cortes de Lisboa planejaram revogar as reformas políticas anteriores e adotaram [...] o programa extravagante de recolonização" (CUNHA, 1966, p.336) que advogava, entre outras medidas, a supressão de escolas e tribunais superiores e a imposição de que cada província se sujeitasse aos tribunais da metrópole. Exaltavam-se, assim, os sentimentos nativistas contra o lusitanismo. Como foram solucionados os conflitos, as revoltas, os antagonismos? A conciliação colocou-se como o elemento que ganhava força como método de resolver os conflitos quando D. Pedro I tentava mediar as divergências entre os interesses lusitanos e os nativistas. Isso não significava, segundo Euclides da Cunha, que o Imperador tenha conseguido resolver todos os antagonismos; no entanto, ficava evidenciada, no imediato pós-Independência, uma estratégia política de equilíbrio entre as aspirações populares e as tradições dinásticas. No artigo *Da Independência à República* ele afirmava:

"Somente estas, mais tarde, permitiriam que entre os 'exaltados' utopistas avantajando-se demasiado para o futuro até entestarem com a República prematura, e os 'reacionários' absolutistas em recuos excessivos para o passado, reportasse o influxo conservador dos 'moderados', ou liberais-monarquistas da Regência, o que equivalia à conciliação entre o progresso e a ordem" (CUNHA, 1966, p.338).

O norte para as mudanças sociais e políticas que ocorreram no século XIX teria sido dado pelo equilíbrio, pelo controle e pela conciliação. Há em Euclides da Cunha um dado interessante em suas análises sobre esse processo. A conciliação que tendia à unificação nacional aparecia em seus escritos como algo positivo, no imediato pós-Independência. A positividade estava dada

essencialmente pelo fato do conagraamento não conseguir destruir, mas sim alentar as reivindicações populares que pululavam ao longo das diversas décadas a partir de 1822. Há uma contradição no elogio que ele faz a esse tipo de unificação nacional, pois, se esses movimentos eram animados, mesmo que mediante as estratégias conciliadoras, por que havia, conforme se verifica em seu artigo intitulado *Da Independência à República*, uma necessidade constante, do poder central, de abafar os movimentos que insurgiam contra a ordem? Se a conciliação não eliminava as reivindicações e contestações populares, ela também não evitava que os movimentos populares fossem atacados ferozmente como ocorreu no período da regência em relação às revoltas ocorridas no Ceará (1831-1832), em Pernambuco (1832-1835), no Pará (1835-1837), na Bahia (1837-1838), no Maranhão (1838-1841) e no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Euclides da Cunha trazia à tona as estratégias de conciliação postas em andamento desde o início da década de 1820 as quais teriam demonstrado, por ocasião da chegada ao poder dos regentes, que

“o radical, o agitador vermelho, extinta a sua função demolidora, fazia-se conservador no governo, e vibrava a autoridade recém-adquirida contra os que o haviam auxiliado a destruir a autoridade antiga. Mudavam por coerência. Adivinhando a missão histórica do Império, Evaristo da Veiga salvou o princípio monárquico, identificado, então, com a unidade da pátria; prevendo a anarquia que esfacelaria o país, Feijó restaurou, por um milagre de energia incomparável, a autoridade civil” (CUNHA, 1966, p. 349).

Há em Euclides da Cunha um elogio da política de conciliação posta em prática no primeiro Império. Segundo ele, não havia outra forma de estabelecer as mudanças sociais e políticas que o período pós-Independência exigia. Por isso, o radicalismo se transformava em conciliação de modo coerente, mesmo porque esta última era uma forma de reorganizar administrativamente o país e não uma maneira de eliminar as divergências político-partidárias, por exemplo. As disputas entre os partidos (Moderado, Liberal Exaltado e Restaurador) ganhavam terreno. As dificuldades políticas tornavam-se, não obstante houvesse as conciliações entre as forças políticas preponderantes, insolúveis.

“A prática conciliatória que se cristalizava na política brasileira não se dava em razão, segundo a interpretação de Euclides da Cunha, de um caráter imobilizador do país e/ou da ausência de revoltas e contestações. Assistia-se a uma tendência entre os governantes de combater as crises combinando a conciliação entre as forças preponderantes com a repressão sobre as demais forças sociais” (REZENDE, 2002, p. 193).

As conseqüências negativas desse processo para a efetivação de práticas democráticas eram evidentes, não só naquele momento, mas durante todo o processo político brasileiro posterior. A conciliação entre os setores preponderantes torna-se usual tanto no Império quanto na República. Tornam-se também usuais as diversas formas de expulsão das demais forças da arena política. Em nome da manutenção da ordem efetivava-se, afirmava Euclides da Cunha, por parte dos governantes uma brutalidade expressiva sobre os movimentos contestatórios. O período da regência e o das duas primeiras décadas da República foram apontados, por ele, como representativos desse processo. Todavia, faz-se necessário destacar que em suas análises ele argumentava que a inexistência de

desenvolvimento social até a década de 1830 não possibilitava a convivência dos governantes com as revoltas e as contestações. “O nosso desenvolvimento social fora até ali quase nulo. A vida nacional ativera-se aos interesses absorventes da política” (CUNHA, 1966, p. 354). No entanto, era inadmissível que tal situação não tivesse sido mudada no decorrer de setenta anos. Ou seja, a partir da República, a brutalidade dos mandatários deveria ser encarada como nefasta e trágica para a constituição de uma sociedade democrática.

“Percebe-se que o que era, para ele, habilidade nos regentes transforma-se em tragédia nos primeiros dirigentes da República. Ou seja, o ato de debelar as aspirações federalistas e todos os tipos de descontentamentos que surgiram no imediato pós-Independência era visto por Euclides da Cunha como um recurso único para formar uma nação<sup>5</sup>. Ao longo do século XIX e no início do seguinte era, no entanto, inadmissível que os grupos dirigentes não se dispusessem a reinventar os seus modos de ação política. Com a República o país tinha evoluído politicamente. No entanto, a maneira de os dirigentes lidarem com a guerra de Canudos denunciava que o tratamento dado às diversidades regionais não se modificava expressivamente” (REZENDE, 2002, p. 193).

A não-efetivação de práticas democráticas devia-se para Euclides da Cunha, além de outras razões, tanto à falta, nos dirigentes, de uma consciência das diferenças sociais, étnicas e culturais, quanto ao acirramento das práticas conciliatórias que, num primeiro momento, teria sido o único caminho possível para romper com a condição colonial, mas, num segundo, teria levado ao enraizamento de uma prática política que desconsiderava a possibilidade de construção de ações políticas voltadas para solucionar os múltiplos desequilíbrios (sociais, étnicos, econômicos, políticos e culturais) reinantes no país. Isso se devia ao fato de que toda atividade política passava a estar circunscrita à administração dos conflitos oriundos do conagraçamento.

A análise do processo político no Império e nas primeiras décadas da República revelava, segundo Euclides da Cunha, que as práticas democráticas eram estancadas pela constante vacilação dos dirigentes que, ao se enredarem em ações conciliatórias, estagnavam, década após década, as possibilidades de mudança social. Isso se dava em razão de que toda energia dos governantes era posta em favor do amortecimento dos conflitos e dos antagonismos oriundos da prática conciliatória.

A inexistência de uma tradição democrática impossibilitava, segundo ele, o florescimento de partidos, de fato distintos, opostos. Nessas condições, as oposições eram claramente ocasionais. O detalhamento da vida política do segundo Império deixava patente tanto a dificuldade de os grupos que disputavam o poder se oporem substantivamente quanto o apagamento da possibilidade de que esse enfrentamento se incorporasse ao longo das disputas políticas que iam tomando forma naquele momento. Observe que ele não estava afirmando que não havia disputas e confrontos, uma vez que as duas forças que se equilibravam no poder (a conservadora e a liberal) entravam muitas vezes em confronto aberto, conforme ocorreu em 1863 quando os liberais comandados por Teófilo Otoni se rebelaram contra a situação conservadora prevalecente deste 1848.

A luta política entre os liberais e os conservadores teria que ser analisada também em vista da estratégia de conciliação. Esta última, mesmo ela constituiu-se numa forma de embate. Os

conservadores aproximavam-se dos liberais com o intuito de destruí-los. A conciliação tinha então duas faces ao menos. Uma expressava a maneira dos setores preponderantes se fortalecerem diante dos protestos populares. As alianças políticas facilitavam as redefinições governamentais e serviam para bloquear as sublevações. E a outra era a estratégia de conciliar como uma forma de destruir o próprio opositor que era partícipe desse jogo de redefinições políticas.

Os conservadores e os liberais eram duas forças políticas distintas que tinham um modo de agir praticamente idêntico. Diferiam em algumas propostas, mas assemelhavam-se nas atitudes e nas estratégias. As conseqüências dessa semelhança na maneira de proceder - para o estabelecimento de práticas democráticas - eram nefastas porquanto ajudavam a sedimentar<sup>6</sup> vícios políticos que se arraigavam nos indivíduos, no sistema representativo e nas instituições de modo geral.

## 2- Manoel Bomfim e os entraves da democracia no Brasil

Dentre as diversas interpretações desenvolvidas no final do século XIX e início do XX sobre as dificuldades de efetivação da democracia no Brasil (Sívio Romero, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Tavares Bastos, José de Alencar, entre outros) a de Manoel Bomfim merece destaque. Suas obras *A América Latina: males de origem*, publicada em 1905, e *O Brasil Nação*, de 1931, tecem significativas reflexões acerca da constituição de sucessivos processos inibidores da democracia no Brasil. Ele atribuía aos vícios, à tradição conservadora e à degradação cristalizados na política brasileira, desde a Colônia, (BOMFIM, 1993; 1997) a impossibilidade de constituição, no país, de uma República democrática. Após 1889 “foi rápida a queda e, da infâmia, o regime passou a uma senilidade de vícios, fortes, porque eram, e são coesos e completos como processos” (BOMFIM, 1931, p.9).

A impossibilidade de efetivação da democracia no Brasil dava-se essencialmente em razão da atuação dos setores preponderantes que desde a Colônia vinham agindo de modo a bloquear todo e qualquer progresso social e político. Nas obras *A América Latina: males de origem* e *O Brasil Nação*, ele detalhava o modo de ação política dos dirigentes após a Independência e após a República. As ações se processavam de modo a produzir retardamentos absolutos à implementação da democracia no país. Os emperamentos eram, então, socialmente construídos sob alicerces de uma tradição “irremediavelmente conservadora” (CÂNDIDO, 1990, p.12; RIBEIRO, 1993, p.17).

Após algumas décadas da República, Manoel Bomfim mostrava como eram persistentes e densos estes emperamentos. Ele afirmava:

“Aprendi, então, como os nossos dirigentes são incapazes de compreender e realizar a democracia, como temem a liberdade, que nunca conheceram; aprendi como se mostra a degradação de uma classe por definição de escol; como se organiza o Estado para a exclusiva injustiça, até a torpeza e o roubo; como é preciso não ser honesto, nem sincero, nem apto. Vi como evolui a corrupção, como se consagra a infâmia e a ignorância [...]” (BOMFIM, 1931, p.10).

Os bloqueios sociopolíticos teriam adquirido substancialidade, visto que as ações políticas dos grupos dirigentes teriam sido, desde os primórdios da Independência, de frenagem. Examinando

o processo político, década por década, a partir de 1822, na obra *O Brasil Nação*, ele argumentava que a configuração de estratégias conservadoras dava-se, principalmente, através da inibição de todas as mudanças que poderiam indicar alterações substanciais.

Exemplos de frenagem teriam sido a Independência, já que foi um movimento contra-revolucionário deflagrado para impedir que se desencadeassem as lutas favoráveis à República<sup>7</sup> e para sufocar as idéias e ações de democratas como as de Cypriano Barata<sup>8</sup> que considerava o governo de D. Pedro I como uma forma de usurpação dos poderes da nação brasileira emergente<sup>9</sup>.

A Independência possibilitou também a instalação no poder de atos eminentemente conservadores que visavam dissolver todas as energias sociais reivindicadoras de mudanças na década de 1830. Preparava-se, assim, o terreno para os diversos golpes contra a soberania nacional, os quais foram dados pelos políticos que se acomodaram tanto ao absolutismo português após a dissolução da Constituinte<sup>10</sup> de 1823<sup>11</sup>, quanto ao desmonte das ações políticas contestatórias através do endurecimento<sup>12</sup> ou da conciliação.

O escorraçamento dos setores mais pobres da arena política, a sedimentação de uma administração pública voltada somente para os interesses pessoais dos dirigentes e a ação política dos moderados – os quais objetivavam amortecer toda e qualquer contestação ou enfrentamento – davam, então, a tônica para um projeto arrasador da nação brasileira.

Manoel Bomfim destacava que os moderados tiveram um papel essencial no processo de frenagem, uma vez que eles não permitiam que florescessem quaisquer enfrentamentos.

“Sem intransigências de idéias nem virtude para sacrifícios, esses, apenas opositores, deram a si mesmos o tratamento de moderados, e trataram de aproveitar a situação no modo mais moderado, mais cômodo: obrigar o Imperador a subordinar-se, ou mesmo, aceitar a sua queda, uma vez que ele se via irremissivelmente repudiado pela nação. [...] Entraram na campanha para amortecê-la, destemperá-la e reduzi-la a simples mudança de pessoas” (BOMFIM, 1931, p.125).

Buscando a contenção do bragantismo e não fazendo, de fato, oposição a este último, os moderados deram aos setores preponderantes todo conforto de não ter de enfrentar modificações na estrutura de mando e de decisão<sup>13</sup>. As suas ações conciliadoras possibilitavam soluções políticas favoráveis aos lusitanistas que agiam contra os interesses nacionais e democráticos. Ou seja, transformando as reformas em modos de operar a implosão da atuação dos Exaltados (democratas-republicanos).

As possibilidades de implementar reformas, medidas e ações que levassem a uma sociedade democrática eram quase nulas no primeiro e no segundo Império. E isso se devia à atuação não somente dos conservadores (Martim Francisco, Rebouças, Calmom, Montezuma, etc.), mas especialmente de moderados como Bernardo de Vasconcelos - que se tornou verdadeiro carrasco da democracia<sup>14</sup> - e os Limas e Silva<sup>15</sup> que devotaram a vida para obstruir toda e qualquer reforma que fosse ao encontro dos interesses coletivos.

E tudo era feito através da estratégia da conciliação que fixou na paisagem política brasileira dois tipos de políticos: “os desbotados e os furta-cores” (BOMFIM, 1931, p. 203). “Aqueles primeiros

estavam sempre dispostos a ser tingidos no tom que lhes garantisse posições de poder, e os segundos, nos moldes do camaleão, eram capazes de projetar colorações diversas diante das circunstâncias e das exigências momentâneas. O oportunismo era, então, a marca indelével de suas práticas políticas” (REZENDE, 2002, p.95).

A partir de meados do século XIX, as ações políticas dirigentes continuaram revelando arcaísmo político e incapacidade democrática. Tanto os membros do partido conservador quanto os do partido liberal tinham suas ações circunscritas às circunstâncias. Examinando-se a atuação desses últimos, era verificável que “os programas (partidários) diziam um coisa, e a realidade lhes dava outra coisa” (BOMFIM, 1931, p. 240). A prática política da maioria dos representantes dos dois partidos era muitíssimo semelhante. Condescendência, servilismo, abjuração e conciliação compunham os seus modos de agir no cotidiano da vida política. Bomfim alertava, no entanto, que havia tanto entre os liberais quanto entre os conservadores algumas vozes isoladas que combatiam tais práticas. O liberal Tavares Bastos e o conservador José de Alencar<sup>16</sup> criticavam o modo da maioria dos políticos conduzirem a vida política na segunda metade do século XIX.

Tanto no Império quanto na República a conciliação era, então, para Manoel Bomfim, o grande empecilho no processo de efetivação de práticas políticas democráticas. O congraçamento eternizava vícios políticos e ignorava que o Legislativo e o Executivo chancelavam o absolutismo da Coroa. Qual era a possibilidade de progresso político, nessas condições? Nenhuma. “...não houve valor de virtudes próprias à alma brasileira, nem aspirações democráticas e sãs que pudessem vencer as misérias vivaces em que se emaranhou a política nacional” (BOMFIM, 1931, p.260).

O segundo reinado teria aberto as portas para todo tipo de corrupção política e moral que se prolongou na República. A partir de 1889 exacerbaram-se os interesses privados e o servilismo político, dois ingredientes fundamentais tanto da corrupção material e política que adentrou o Estado brasileiro quanto do emperramento da democracia. Manoel Bomfim argumentava que a análise das ações políticas do período de Pedro II deparava-se sempre com os argumentos que atestavam ter sido esse último dotado de uma honestidade exemplar. “Honesto, ele aceitou a corrupção política, cultivou-a, estimulou-a, explorou-a, em proveito do seu poder pessoal; honesto, ele presidiu aqueles decênios da vida pública, para os dias de desmoralização definitiva em que tudo acabou” (BOMFIM, 1931, p.274).

Para se viabilizar no poder, o monarca fechava os olhos para a degradação e a corrupção política daqueles que lhe davam sustentação. A política dos marqueses e de seus aliados tornava possível a convivência entre o absolutismo e o poder pessoal. Sedimentava uma degradação moral na política que ressoará, afirmava Bomfim, ao longo do século XX, visto que cristalizava nos homens e nas instituições um modo de operar a política que empurrava para longe a possibilidade de publicização dos embates e dos antagonismos que expressavam os interesses coletivos, nacionais e soberanos. Havia políticos (Tavares Bastos e José de Alencar) que condenavam o poder pessoal e a

ausência de liberdades políticas como responsáveis pelo fato de os brasileiros não terem meios de adquirir e desenvolver a capacidade democrática.

O processo de desenvolvimento urbano industrial era, então, essencial para solapar a centralização político-administrativa, o poder local, o personalismo, os interesses privados, a corrupção política, material e moral. A urbanização forçaria a geração de serviços públicos (principalmente os educacionais) e a valorização dos interesses coletivos e de uma vida política democrática, uma vez que potencializaria o desempenho das diversas forças sociais. Daí a defesa que Bomfim, como intelectual e como político<sup>17</sup>, fazia com veemência do processo de expansão industrial no Brasil.

Havia de sua parte uma crença de que a mudança no padrão de organização social alteraria substancialmente o padrão de domínio fundado na servidão política. Aquele primeiro seria modificado desde que ocorressem ações voltadas para a valorização e para a preparação da população brasileira de modo geral. Isso implicaria enfrentar ostensivamente os setores preponderantes que estiveram sempre voltados contra a criação de condições para que a população em geral fosse instruída, criativa e capaz de realizações no campo do conhecimento, do trabalho e da política.

O desenvolvimento urbano-industrial teria a possibilidade de avivar as potencialidades políticas da população, a qual compreenderia, em poucos anos, que o atraso e o não-progresso foram “cuidadosa e sistematicamente cultivados, para garantia eficaz do despotismo baço, subjacente ao liberalismo pessoal, contraproducente e hostil à formação democrática e à educação da nação. Todo incentivo ao pensamento não passava de repetida mentira, para a perpetuação da ignorância, reduzida a massa da população a hordas ignaras” (BOMFIM, 1931, p.303).

O modo de governar e não somente a vigência de uma dada cultura política é que teria alimentado ano após ano, década após década, no Império e na República, um padrão de domínio enaltecido do não-desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Bomfim considerava um desserviço à causa da democracia a ênfase dada à tese de que a democracia parecia algo difícil no país em razão de uma cultura política - arraigada em todos os brasileiros – negadora do estabelecimento de práticas e procedimentos democráticos. Ele argumentava que, se não havia sido possível vencer os bloqueios e empecilhos sociais, econômicos, políticos e culturais, para a efetivação de uma democratização da nação, isso se devia, essencialmente, ao modo dos setores dirigentes governarem.

Segundo ele, não tinha qualquer sustentação o argumento de que eram todos os brasileiros dotados de procedimentos, ações, comportamentos e atitudes anti-democráticas. Os setores preponderantes o eram sem sombra de dúvidas. Mas os demais segmentos sociais tinham sido, até então, anulados sem possibilidade de se constituírem em forças sociais capazes de se dotar de capacidade democrática. Bomfim apostava, no entanto, que o desenvolvimento urbano-industrial seria capaz de vencer o arcaísmo político<sup>18</sup>, o mandonismo, o clientelismo, o peso político do poder local e do mundo agrário e a imobilidade de amplos segmentos sociais.

### 3- Celso Furtado: resistência à mudança política e democracia

De maneira semelhante a Euclides da Cunha e a Manoel Bomfim, Celso Furtado destaca em seus textos que o atraso econômico, político e social brasileiro foi produzido e dilatado pelas ações, nas diversas esferas, dos setores preponderantes (FURTADO, 1959; 1959<sup>a</sup>; 1961; 1962; 1964; 1966; 1968; 1972; 1979; 1992; 1997; 1997<sup>a</sup>; 1998, 1998a, 1999; 2002). Também através de uma perspectiva histórica. Furtado examinava, tal como aqueles dois primeiros, as dificuldades de constituição de espaços políticos nos quais os diversos grupos pudessem mover-se para combater as resistências à mudança, o arcaísmo econômico e político, a concentração do poder, o oligarquismo, os atrasos, as indisponibilidades dos segmentos preponderantes para lidar com as diferenças políticas e com os conflitos de interesses.

Assim como Euclides da Cunha e Manoel Bomfim - que tentaram decifrar as ações sociais dos grupos dirigentes desde a Independência – Celso Furtado procurou desvendar, a partir da segunda metade do século XX, como os estratos preponderantes agiam nas esferas econômicas, sociais e políticas, mediante os desafios que se foram colocando no plano interno e no plano externo. Ele afirmava: “a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de por em risco seus privilégios” (FURTADO, 1979, p. 1) se constituía num dos pilares mais significativos do emperramento da democracia. O que se dava em razão da não formação de canais de embates que publicizassem os enfrentamentos de interesses múltiplos que compunham a sociedade brasileira. A diferenciação do sistema produtivo e o desenvolvimento das instituições políticas impulsionariam a sedimentação de procedimentos e de práticas democráticas desde que “o motor do processo histórico deixasse de ser os conflitos entre facções da classe dirigente para ser os conflitos engendrados pela própria organização social” (FURTADO, 1997a, p.281).

A intensificação da industrialização a partir da década de 1930 era indicadora de um processo de diferenciação econômica, social e política potencializadora das condições de implementação da democracia, isto porque os processos de diferenciação social<sup>19</sup> tendiam a mover “o eixo central da política brasileira”<sup>20</sup> (FURTADO, 1979, p.11). Mas para que isso ocorresse, de fato, na década de 1950, fazia-se necessário ir construindo as bases de rompimento com a tutela populista que se fortificou juntamente com o desenvolvimento urbano-industrial. Autênticas instituições democráticas não poderiam surgir enquanto prevalecesse qualquer tipo de tutela. A seu ver, era fundamental investigar como os diversos segmentos preponderantes – nas suas múltiplas frações, ou seja, latifundiária, empresarial urbano-industrial, tecnocrática, etc.- procederam mediante os desafios colocados ao padrão de domínio vigente naquele momento.

Celso Furtado apontava o Parlamento como uma instância que evidenciava, na década de 1950, as dificuldades de efetivação de avanços políticos rumo à democracia. Não obstante tenha havido modificações sociais significativas a partir de 1930, as oligarquias continuavam a agir no

Parlamento para emperrar quaisquer reformas. Os políticos daquelas regiões dominadas pelo arcaísmo empenhavam-se para que as mudanças políticas oriundas de pressões vindas da reorganização das forças sociais – no campo e na cidade – não se efetivassem. Por isso que no Nordeste, por exemplo, “os efeitos das mudanças políticas em curso eram imperceptíveis, e as velhas estruturas sociais continuavam tão visíveis quanto as ossaturas dos organismos esqueléticos” (FURTADO, 1997, p. 128).

A industrialização e a urbanização traziam à tona velhos e novos problemas econômicos, sociais e políticos. A nova configuração das classes sociais que emergia com aquelas duas primeiras punha desafios incomensuráveis para as ações políticas progressistas e conservadoras. Estas últimas endureciam brutalmente mediante qualquer aceno de subtração do poder oligárquico. Aquelas primeiras sentiam-se desafiadas pelas heterogeneidades sociais cristalizadas ao longo dos séculos na sociedade brasileira. Todo e qualquer plano de ação tinha que enfrentar a fúria dos setores oligárquicos que se empenhavam em manter o *status quo*. As desigualdades sociais e a pobreza como expoentes daquelas heterogeneidades criaram extremas dificuldades para a organização político-partidária brasileira que, segundo Furtado, era tênue, frágil, em razão de uma dificuldade dos indivíduos mais empobrecidos se verem, de fato, representados nos embates políticos que tomavam forma em meados do século XX.

O combate às desigualdades sociais mostrava-se, principalmente, naquele momento, como uma luta política que desafiava a política institucional, a sociedade civil, os partidos, as instituições, a burocracia, etc. E tudo isso num quadro de incapacidade total das classes dirigentes para romper as diversas amarras que atavam o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Sobre as condições vigentes no final da década de 1940 e início da seguinte Celso Furtado afirmava:

“Quis buscar uma explicação, e foi aí que comecei a perceber que a classe dirigente brasileira era incapaz; que no Brasil faltava liderança, faltava uma política de industrialização, faltava alguma coisa para romper essas amarras<sup>21</sup>. O Brasil começou a se soltar depois da Segunda Guerra Mundial. [...] O governo (apoiou) muito a industrialização. Daí a criação do BNDE e do Banco do Nordeste. [...] Nesses primeiros dez anos após a Segunda Guerra Mundial o Brasil passou na frente de todos os demais países latino-americanos, porque teve uma política de industrialização” (FURTADO, 1998, p. 62-3).

Assim como Euclides da Cunha e Manoel Bomfim, Celso Furtado também destacava que era necessário desmontar as explicações fatalistas sobre os destinos dos povos latino-americanos em geral e do brasileiro em particular.<sup>22</sup> Sendo a história um processo sempre aberto era possível gerar as condições de superação do subdesenvolvimento.<sup>23</sup> No entanto, para que isso ocorresse era necessário construir formas de fazer valer os interesses latino-americanos diante dos países centrais. Nos três pensadores estudados, o tema da soberania possui papel essencial na construção de um projeto de nação voltado para os interesses coletivos. Mais do que Manoel Bomfim, Celso Furtado acreditava que era possível aos condutores dos setores modernos da economia (os industriais) se sobrepor aos interesses oligárquicos no campo da política institucional. Todavia, tal possibilidade só se efetivaria se fossem abertos espaços na arena política a todos os demais segmentos sociais. As

massas urbanas, as quais eram fruto da expansão industrial teria que balizar as ações dos setores preponderantes. Somente assim haveria indicação de rompimento com a situação colonial e antidemocrática prevalecente.

Assim como Manoel Bomfim, Celso Furtado também considerava que o desenvolvimento social e político dar-se-ia em razão da ação de múltiplos agentes sociais. Ou seja, não havia, necessariamente, um ator principal. Bomfim afirmava que todos aqueles que estivessem voltados para a contestação e possuíssem uma consciência voltada para a transformação da sociedade teriam papéis essenciais. Os intelectuais capazes de lidar com o novo, com o imprevisível, com a utopia, estariam entre aqueles que tinham uma tarefa fundamental na reconstrução do país. Essa é também a concepção que Furtado tem demonstrado em várias obras (FURTADO, 1992; 1997<sup>a</sup>; 1997b; 2003). Para ele, se a história é um processo aberto, caberia aos homens de ciência a responsabilidade de ajudar a criar os caminhos transmutadores da vida social<sup>24</sup>. Sempre tendo em mente que não é possível ter certezas absolutas sobre o futuro, os cientistas sociais tinham diante de si o desafio de desvendar o sentido das ações que construíam e destruíam a possibilidade de o padrão de organização social ser transfigurado rumo ao contínuo esmaecimento das desigualdades e das exclusões. Assim, “não adiantava comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos ‘modos de produção’. Havia que abarcar a realidade complexa com imaginação e submetê-la em seguida a tratamento analítico” (FURTADO, 1997, p. 162).

A resistência à mudança estava ligada essencialmente a uma extrema dificuldade dos setores preponderantes em tecer, em investir, em defender planos de desenvolvimento que contemplassem todos os segmentos sociais. Cabia ao intelectual voltar-se para o desmonte paulatino dessa resistência demonstrando que o desenvolvimento social e político era algo que transmutaria a sociedade como um todo. Ou seja, todos os indivíduos seriam beneficiados. Mas para isso não bastava a crítica vazia, abstrata. Fazia-se necessário produzir ações propositivas capazes de vencer o pessimismo e o derrotismo que reinava no país, o que deveria ser feito apontando-se sempre as reais possibilidades de superar os entraves econômicos e os emperramentos políticos. A essencialidade do papel dos intelectuais é dada porque “a classe dirigente, por sua própria heterogeneidade, está incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional” (FURTADO, 1997<sup>a</sup>, p. 288), argumentava ele acerca do processo em curso em meados do século XX.

Ao assinalar a responsabilidade do intelectual, Celso Furtado não estava supondo, no entanto, que esse segmento social era automaticamente voltado para projetos de mudança em prol da coletividade. Os próprios intelectuais somente teriam ações propositivas progressistas, se não fossem colonizados mentalmente, se não estivessem presos a doutrinas desconetadas da realidade latino-americana. O cenário não era, de fato, favorável, já que uma parte expressiva dos homens de ciência também não via meios de intervir no processo de mudança social.

No início da década de 1960, ele considerava que o grande desafio que se colocava aos intelectuais progressistas era a defesa da democracia. Havia equívocos de esquerda e de direita que

depunham contra a construção de uma sociedade democrática no país. Todos aqueles que abraçavam ações que desqualificavam essa última causavam grandes problemas ao país, uma vez que desprezavam a necessidade de exigir dos dirigentes a superação de uma precária democracia que se instalara no país. Após o golpe de 1964, afirmava Furtado:

“Estávamos agora diante de um projeto ‘modernizador’, que partia da idéia de que tanto a distribuição eqüitativa da renda como a convivência democrática somente são alcançadas nas fases superiores do desenvolvimento. Assim, havia antes que conhecer as dores do parto da ‘acumulação primitiva’. Para essa gente, o desenvolvimento é um processo de domesticação da sociedade, requer o exercício de um poder autoritário. Enfim, era a vitória da doutrina da modernização tutelada. As pessoas que pensam assim são alérgicas ao debate aberto; sem que o percebam pensam em revólver quando ouvem falar de intelectual” (FURTADO, 1997c, p.56).

Estancava-se, assim, durante duas décadas, a possibilidade de construção de uma sociedade democrática. Instalava-se uma modernização concentradora da renda e potencializadora das desigualdades sociais e políticas. Ao amordaçar as idéias progressistas e as propostas de reformas de base que poderiam apontar para a transfiguração da sociedade brasileira, o regime militar levou à paralisia da vida política (FURTADO, 1992), no Brasil, o que trouxe conseqüências incomensuráveis para a sociedade brasileira até os dias atuais.

O desemperramento da democracia dar-se-ia, segundo ele, se fosse ativada, através da melhoria da condição humana, a capacidade dos indivíduos trabalharem continuamente para reelaborar a vida social. A ditadura militar teria sido o impedimento absoluto para que isso ocorresse. Ela se empenhou para destruir toda e qualquer possibilidade criativa no campo da ação política e do pensamento. Isso teve como resultado o enaltecimento das dificuldades de constituição da democracia no país.

A reconfiguração do país em termos democráticos já aparecia como nitidamente difícil no final da década de 1950 e início da de 1960. Após 1964 ficava ainda mais patente que os próprios setores urbano-industriais aliaram-se aos militares e às suas práticas autoritárias. A gravidade do quadro social adquiriu assim uma feição singular, pois o país se modernizava economicamente, e o desenvolvimento político se estagnava inteiramente<sup>25</sup> (FURTADO, 1992). Os bloqueios ganham contornos nítidos, já que o regime militar se batia para extirpar toda resistência e todo projeto que emergia da sociedade civil. O esmagamento do direito de organização da população favoreceu a potencialização das desigualdades sociais e a concentração de rendas.

Assinale-se que Celso Furtado insiste, em diversas obras, que a luta de classes era algo essencial para que houvesse a redefinição da sociedade brasileira em termos democráticos. No texto *A fantasia organizada*, ele argumenta que somente através da luta de classes ocorreria a transferência de poder para os grupos sociais que tinham peso essencial nas atividades urbano-industriais. As forças sociais conservadoras (latifundiários, empresários, militares e setores médios), ao se articularem em torno do golpe de 1964, destruíram um fermento de mudança que se expandia significativamente no decorrer da década de 1950 e no início da de 1960.

Ao não permitir que viessem à tona os interesses antagônicos e as diversas formas de luta de classes criavam-se todos os impedimentos para avanços rumo à redefinição do padrão de organização social e político. Os interesses de toda a nação, ou seja, os interesses coletivos, foram rechaçados. Isso ocorreu, essencialmente, através de um conjunto de ações – as quais se assentavam na repressão de todos os movimentos oriundos da sociedade civil, visando, assim, eliminar todos os conflitos que despontavam na arena política, todos os enfrentamentos entre interesses diversos e todo o redesenho do marco institucional que se estava delineando nas décadas de 1950/1960<sup>26</sup> - quando se evidenciou quão forte era a recusa dos setores preponderantes em relação à efetivação da democracia no Brasil.

Tornar evidente os conflitos, argumentava Furtado, era o elemento-chave para criar a possibilidade tanto de desenvolvimento social quanto de florescimento de instituições políticas flexíveis voltadas, de fato, para o interesse coletivo. Somente assim a pressão das massas urbanas se faria sentir cada vez mais intensamente sobre tais instituições, forçando-as a um contínuo processo de reestruturação. “Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento” (FURTADO, 1978, p.71).

A oligarquização do poder teria, ao longo do século XX, impossibilitado a formação de uma política autêntica, a qual somente se constituiria através da renovação de seus quadros e da abertura de espaços por onde poderiam fluir formas distintas de conceber a vida social. A oligarquia ao se empenhar, décadas após décadas, para banir a modernização institucional do horizonte político tem-se tornado uma poderosa “força de resistência à mudança” (FURTADO, 1997<sup>a</sup>, p.288).

## Referências Bibliográficas

- BERNARDES, D. A de M. O papel de Frei Caneca na Independência do Brasil. In ANDRADE, M. C. de; FERNANDES, E. M; CAVALCANTI, S. M. (orgs.) *Formação histórica da nacionalidade brasileira: Brasil 1701-1824*. Recife: Massangana, 2000. p.197-224.
- BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOMFIM, M. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BOMFIM, M. *O Brasil nação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- CANDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.4 , n.8, p.4-18, jan.abr. 1990.
- CUNHA, E. da Da Independência à República. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia José Aguilar, 1966. p. 326-376.
- CUNHA, E. *Os sertões: a campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- CUNHA, E. Contrastes e confrontos. In *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia José Aguilar, 1966<sup>a</sup>. p. 101-219.
- CUNHA, E. À margem da história. In *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia José Aguilar, 1966b. p.223-384.
- CUNHA, E. Uma comédia histórica. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966c. V.1, p.127-130.
- CUNHA, E. A arcadia da Alemanha. In. *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966d. V.1, p.114-118.
- CUNHA, E. Anchieta. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966e. V.1, p.121-123.
- CUNHA, E. Garimpeiros. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966f. V.1, p.123-17.
- CUNHA, E. Plano de uma cruzada. In **Obra completa**. São Paulo, Aguilar, 1966g. V.1, p.130-141.

- CUNHA, E. Contrastes e confrontos. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966h. V.1, p.151-155.
- CUNHA, E. Conflito inevitável. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966i. V.1, p.155 -159.
- CUNHA, E. Entre o Madeira e o Javari. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966j. V.1, p.162-166.
- CUNHA, E. Temores vão. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966l. V.1, p.173-176.
- CUNHA, E. Nativismo provisório. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966m. V.1, p.187-190.
- CUNHA, E. O Brasil mental. In *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1966n, p.399-412.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- FURTADO, C. *Uma política de desenvolvimento para o nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959
- FURTADO, C. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959a.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Condepe, 1962
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968
- FURTADO, C. *A análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 1-23.
- FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. A fantasia organizada. In *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 87-359. Tomo I
- FURTADO, C. A fantasia desfeita. In *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. p.27-306, Tomo II
- FURTADO, C. Aventuras de um economista brasileiro. In *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. p. 9-26, Tomo II.
- FURTADO, C. Os ares do mundo. In *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. p. 41-390, Tomo III
- FURTADO, C. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FURTADO, C. O desafio do futuro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1998a. Caderno 5, p.4 – 5.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002
- FURTADO, C. A responsabilidade dos cientistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun 2003. C1, p. 3.
- GUIMARÃES, J. A . A trajetória intelectual de Celso Furtado. In TAVARES, M. C (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p.15-32.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
- MANNHEIM, K. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MELO, E. C. de. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 05 abr.1998. C5, p.9.
- REZENDE, M. J. de. Mudança social e conciliação em Euclides da Cunha. *Acta Scientiarum*, Maringá, Uem, 24 (1), p.189-199, 2002.
- REZENDE, M. J. de. A formação política brasileira: a tradição conservadora e a mudança social em Manoel Bomfim. In GORDO LANG, A B. da S. (org.) *Realidade brasileira: várias questões, muitos olhares*. São Paulo: Humanitas/Ceru, 2002. p. 81-100.
- RIBEIRO, D. Manoel Bomfim, antropólogo. In BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 9-20.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora de Sociologia da UEL. Doutora em Sociologia pela USP.

<sup>2</sup> Entre os diversos pensadores que estiveram a refletir sobre o emperramento da democracia no Brasil podem ser citados: Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Raimundo Faoro, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Florestan Fernandes, etc..

<sup>3</sup> “O conceito de configuração chama a atenção para a interdependência das pessoas. [...] As estruturas, sejam elas casamentos, ou parlamentos, crises econômicas ou guerras, não podem ser compreendidas nem explicadas pela sua redução ao comportamento dos seus participantes tomados isoladamente” (ELIAS, 1999, p. 144-5).

<sup>4</sup> Vide sobre tais questões: CUNHA, 1966c; 1966d; 1966e; 1966f; 1966g; 1966h; 1966i; 1966j; 1966k; 1966m; 1966n).

<sup>5</sup> Euclides da Cunha destacava, todavia, que toda brutalidade dos governantes era contrária à construção de práticas democráticas. O regente Feijó, por exemplo, debelou a Cabanagem (Pará) em 1836 sem compreender o que o Cabano representava em termos sociais, políticos e culturais (CUNHA, 1966, p. 351).

<sup>6</sup> Para Euclides da Cunha os vícios políticos eram oriundos de um padrão de domínio e de organização social. Dessa forma, não somente as atitudes políticas dos conservadores e liberais eram responsáveis por tais vícios, já que eles tinham raízes num processo colonial que teria dado, desde os primórdios, vazão para todo tipo de atitude viciada e corrupta. O modo como o Estado e a Justiça se organizaram podia ser tomado como exemplo (CUNHA, 1966).

<sup>7</sup> Essa posição de Manoel Bomfim foi endossada recentemente pelo historiador Evaldo Cabral de Melo, o qual diz: “O que deveria ter sido nossa revolução nacional, a Independência, foi, na realidade, uma contra-revolução comandada no Rio por um príncipe e empreitada por uma elite de altos funcionários públicos ameaçada na sua própria existência pelas cortes de Lisboa” (MELO, 2000, p. 14).

<sup>8</sup> Cypriano Barata - jornalista e ativista político - teve um papel essencial nos debates acerca dos caminhos que vinham tomando a nação brasileira no período pós-Independência.

<sup>9</sup> “Por ocasião da dissolução da Constituinte, Pedro I participava em pessoa, das diligências para as prisões dos deputados brasileiros” (BOMFIM, 1931, p. 42).

<sup>10</sup> “A Assembléia Constituinte, convocada desde junho de 1822, quando D. Pedro era ainda príncipe regente do reino do Brasil, iniciou seus trabalhos em 03 de maio de 1823 [...]” (BERNARDES, 2000, p.197).

<sup>11</sup> “Antes mesmo da [...] instalação (da Constituinte de 1823), duas principais correntes políticas já se enfrentavam em luta aberta ou de bastidores: uma que defendia a plena e única soberania dos deputados da nação na elaboração do pacto constitucional, outra que advogava para o imperador igual ou maior parte da mesma, baseada no argumento que a aclamação, por sua origem popular, conferira a soberania também ao imperador. Esta era a posição de José Bonifácio<sup>11</sup>, que desde antes da aclamação se opôs tenazmente à cláusula do juramento prévio da constituição, como queria o grupo de José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa” (BERNARDES, 2000, p.216).

<sup>12</sup> Bomfim citava como exemplo de endurecimento a reação do trono, após a dissolução da Constituinte de 1823, contra Pernambuco que não aceitou compor com os monarquistas e braganistas quando o governo de D. Pedro I impôs homens de sua confiança para administrar as províncias e a perseguição dos braganistas contra aqueles que defendiam os interesses nacionais. Dezesete foram executados (BOMFIM, 1931, p. 75; REZENDE, 2002, p.89).

<sup>13</sup> O regente Araújo Lima o qual foi eleito em 1838, governou até 1840 e foi transformado em Marques de Olinda por D. Pedro II era citado por Bomfim como o exemplo mais acabado de oportunismo político dos moderados que se estendeu a partir da década de 1840. Ele teria sido “tudo, como conviesse a política do segundo Império, onde devia haver os dois partidos da mascarada parlamentar. Aí, utilidade permanente, ele deu quanto convinha e o para que servia – conservador, liberal, coligado, novo liberal em contraste com os liberais antigos. [...] Oportunismo por dentro, no vazio das idéias e convicções, sisudez e solenidade por fora, e temos um dos mais prolongados estadistas, dos três Brasis – reinados e regências, um dos mais constantes nesse trabalho de rebaixamento da política brasileira” (BOMFIM, 1931, p.181).

<sup>14</sup> Bernardo de Vasconcelos afirmava que “errara em trabalhar pela democracia nacional, e afirmou que, para regenerar o Estado brasileiro e dar-lhe o indispensável progresso, o essencial estava em, como entendiam os marqueses - instituir um regime anti-democrático” (BOMFIM, 1931, p.192).

<sup>15</sup> O senador Francisco Lima e Silva compôs juntamente com os senadores Carneiro Campos e Campos Vergueiro a regência trina provisória quando D. Pedro I abdicou. Aquele primeiro compôs também a regência permanente que governou até 1835 quando o regente uno Antônio Diogo Feijó foi eleito. O major Luiz Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias) foi um dos mais importantes colaboradores de Feijó.

<sup>16</sup> “A conciliação, idéia insinuante, que, sob pretexto de aplacar os rancores da luta, coava no seio dos partidos o filtro da corrupção. [...] A dissolução geral dos partidos, a dissolução dos princípios que nutriam a vida pública do Brasil é o que se convencionou chamar de conciliação, termo honesto e decente para qualificar a prostituição política” (ALENCAR apud BOMFIM, 1931, p.243).

<sup>17</sup> Manoel Bomfim foi deputado federal por Sergipe. Juntamente com Gilberto Amado e Sílvio Romero ele compôs a bancada sergipana a partir de 1907.

<sup>18</sup> Na República ocorreu o casamento entre federalismo e feitorismo. O servilismo se fixa de modo contundente e “os chefes de Estado não (eram) outra coisa no poder que chefes de bando” (BOMFIM, 1931, p. 316). A incapacidade política das classes dirigentes ganhou, com a política dos governadores, seu formato mais acabado. Todo presidente que saiu dessas articulações políticas era “um mandão, nulo sobre o bem da nação anulada, o chefe do Estado brasileiro é o faz tudo, tão onipotente como irresponsável, por sobre a orda de apaniguados, voluntariamente vergados, já impróprios a encarar o poder” (BOMFIM, 1931, p. 277).

<sup>19</sup> Os processos de diferenciação social são aqueles dotados de capacidade de redefinir o padrão de organização social. A industrialização e a urbanização têm sido tomadas, comumente, pela Sociologia como fatores de diferenciação visto que elas redefinem o processo produtivo, as funções, as relações de trabalho, a organização política das forças sociais que emergem dessas condições, as instituições, etc..

<sup>20</sup> A tese da diferenciação pode ser melhor compreendida através da análise da teoria da industrialização periférica elaborada pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), órgão da ONU, no qual Celso Furtado teve um papel essencial. “No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento – o que em boa parte competia ao Estado – o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno” (FURTADO, 1997<sup>a</sup>, p.61).

<sup>21</sup> Numa entrevista publicada com o título *Seca e poder*, Celso Furtado afirmava que a amarra mais difícil com que lidar era o sistema financeiro internacional (FURTADO, 1998, p. 67).

<sup>22</sup> Celso Furtado defende essa posição até a atualidade. Numa entrevista no jornal *Folha de S. Paulo*, em 1998 cujo objetivo era discutir a globalização ele dizia: “Os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômico, como ocorreu na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo. A imaginação política terá assim que passar ao primeiro plano. Equivoca-se quem imagina que já não existe espaço para a utopia. Ao contrário do que profetizou Marx, a administração das coisas será mais e mais substituída pelo governo criativo dos homens” (FURTADO, 1998a, p.5).

<sup>23</sup> “O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o que favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apóiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento” (FURTADO, 1992, p. 41-2).

<sup>24</sup> As discussões de Mannheim orientavam Celso Furtado em suas reflexões sobre o papel social dos homens de ciência (MANNHEIM, 1967; 1972; 1982).

<sup>25</sup> Juarez Guimarães afirma que logo após o golpe de 1964, Furtado - no artigo *Brasil: da República oligárquica ao Estado militar* – acreditava que haveria uma pastorização do país (GUIMARÃES, 2000). No início da década de 1970, porém, ele refazia sua análise em outros termos. Ou seja, não haveria recuo no desenvolvimento industrial, mas uma modernização conservadora que aprofundaria as desigualdades e as dificuldades da democracia (FURTADO, 1973; 1974).

---

<sup>26</sup> “A ditadura militar, ao destruir pela raiz toda atividade política autêntica, foi particularmente daninha no Nordeste, interrompendo um processo de mudança social que circunstâncias muito particulares haviam permitido florescer” (FURTADO, 1997<sup>a</sup>, p.35).